



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA (UNILAB)**

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO (PROGRAD)

INSTITUTO DE HUMANIDADES (IH)

BACHARELADO EM HUMANIDADES (BHU)

LAYRA NOBRE DIAS

**RACISMO E SEGURANÇA PÚBLICA:
O PONTO DE VISTA DE POLICIAIS MILITARES**

**REDENÇÃO
2018**

LAYRA NOBRE DIAS

**RACISMO E SEGURANÇA PÚBLICA:
O PONTO DE VISTA DE POLICIAIS MILITARES**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades (BHU), vinculado ao Instituto de Humanidades (IH), da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito final para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Thiago Rocha Vasconcelos.

REDENÇÃO
2018

LAYRA NOBRE DIAS

**RACISMO E SEGURANÇA PÚBLICA:
O PONTO DE VISTA DE POLICIAIS MILITARES**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado na Universidade da Integração
Internacional da Lusofonia Afro-brasileira,
como exigência para a nota parcial do título
de Bacharel em Humanidades.

Aprovado em: 30 de outubro de 2018

Comissão examinadora

Prof. Dr. Francisco Thiago Vasconcelos
Professor orientador

Prof. Dr. Antônio Marcos de Sousa Silva
Professor avaliador interno

Prof. Dr. Anderson Duarte Barboza
Professor avaliador externo

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Dias, Layra Nobre.

D53r

Racismo e Segurança Pública: O Ponto de Vista de Policiais Militares / Layra Nobre Dias. - Redenção, 2018.
33f: il.

Monografia - Curso de Humanidades, Instituto De Humanidades E Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2018.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Thiago Rocha Vasconcelos.

1. Racismo. 2. Polícia Militar. 3. Formação Policial. I.
Título

CE/UF/BSCL

CDD 305.896

“A farda não abafa o cidadão no peito do soldado”

– Marechal Osório

RESUMO

O presente projeto visa compreender o ponto de vista do Policial Militar (PM) em relação ao racismo, na sua formação e na sua prática, buscando problematizar três vertentes de explicação: 1) o racismo como cultura prévia à formação profissional; 2) o racismo como oriundo da própria formação policial; 3) o racismo como originado da experiência prática do policial após a sua formação. Como objetivos específicos, através de entrevistas semiestruturadas com PMs de Redenção-CE, pretende-se, em especial: verificar as diferenças de percepção sobre racismo a partir da visão de PMs que se identificam como brancos e como negros e entre PMs experientes e novatos; analisar como os policiais compreendem quais são os direitos da polícia e do cidadão durante a abordagem policial e que classificações são utilizadas para caracterizar um indivíduo como suspeito; averiguar os métodos da formação policial, questionando como a mesma influencia o modo de pensar dos policiais em relação ao racismo; e entender quais as interpretações dos policiais sobre o funcionamento dos controles institucionais do seu trabalho.

Palavras-chave: Racismo; Polícia Militar; Formação Policial

SUMÁRIO

1. Apresentação	07
2. Justificativa	09
3. Objetivos	10
3.1 Objetivo Geral	10
3.2 Objetivos específicos	10
4. Referencial teórico e problematização	11
4.1 O Racismo: surgimento histórico e enraizamento cultural	11
4.2 Formação policial	16
4.3 O trabalho de abordagem policial	19
5. Reflexões metodológicas	22
6. Roteiro de entrevistas	25
7. Cronograma	26
8. Bibliografia	27
9. Anexos	30

1. APRESENTAÇÃO

De acordo com o IBGE, 54% da população brasileira é constituída de negros (pretos ou pardos). Porém, apesar do grande índice, a condição vivida por muitos ainda é difícil: precariedade nas moradias, problemas no acesso à educação de qualidade, a falta de respeito por conta da cor, a dificuldade da inserção mais qualificada no mercado de trabalho hegemonicamente branco, dentre tanto outros problemas. Um dos pontos mais ressaltados nas dificuldades de pessoas negras acessarem a cidadania é o racismo e a violência que lhe é associada. O Atlas da Violência 2018 reflete esse fato citando que em 2016 “a taxa de homicídios de negros foi duas vezes e meia superior à de não negros (16,0% contra 40,2%)” e que “em um período de uma década, entre 2006 e 2016, a taxa de homicídios de negros cresceu 23,1%”.

Entre as causas de tantas mortes de pessoas negras não só no Brasil como no mundo são a violência e o racismo que se afirmam existir da parte dos policiais para com as pessoas negras. O trecho abaixo exemplifica este discurso:

Do ponto de vista dos agentes policiais, os moradores dessas “comunidades”, em sua maioria negros, mulatos e pardos, afrodescendentes, portanto, são sempre considerados, “bandidos em potencial”, não sendo mesmo reconhecidos como cidadãos e sim como “elementos” [...] Sobretudo os jovens, sobre os quais recai, com maior vigor, o peso dessa forma de discriminação social que os estigmatiza como delinquentes potenciais (CUNHA, p. 204, 2004.)

Ou seja, na visão da autora o negro sempre será alvo. O simples fato de ser de uma comunidade ou mais especificamente morro ou periferia, já o torna um homem descartável diante da “boa sociedade”.

O ato falho dessa perspectiva é que acabamos vendo apenas um ponto de vista sobre o objeto. Todavia, devemos analisar e compreender o que realmente acontece, olhar os dois lados da moeda. É fato que existem policiais que tratam mal pessoas negras, mas também é verdade que existem policiais que prezam pela igualdade na abordagem e tratamento padrão independentemente de raça.

Na sociedade atual com os níveis crescentes de violência, a polícia se torna cada vez mais presente nas ruas, ocasionando o que os cidadãos sustentam de que a “PM é a polícia que mais mata, mas também a que mais morre”. E devido a essas afirmações a convicção de algumas pessoas é a de esses profissionais são problemáticos e incorretos. Ou seja, os

policiais de maneira geral acabam recebendo uma “fama” inadequada, ocasionando uma crença mundial de que todos eles são hostis, cruéis e principalmente racistas.

O índice de policiais mortos não é desprezível. De acordo com a Ordem dos Policiais do Brasil (OPB) apenas entre os meses de janeiro a maio de 2016, 236 policiais morreram. O site *Alagoas 24 horas* complementa essa notícia retratando que o total de mortes no ano de 2016, chegou a 477 no Brasil. A OPB traz ainda que no ano de 2017 entre os meses de janeiro a maio, foram mortos 248 policiais (Anexo 1).

Nesta pesquisa trabalharemos especificamente com os Policiais Militares (PM), pois são os que mais sofrem críticas por parte da população. Geralmente esses são acusados de abuso do poder, violência exacerbada, corrupção, racismo, sendo muita das vezes a causa desse preconceito a generalização de um caso singular. Mas será que isso deve mesmo ser generalizado para todos os policiais?

A pesquisa tratará de questões relacionadas à formação do policial: a maneira como os policiais são educados e treinados pode influenciá-lo a ser racista ou não racista? A educação é de grande importância na formação policial, pois o eleva “a um padrão de excelência para desempenhar as funções inerentes ao seu mandato numa sociedade democrática” (PONCIONI, 2004). Contudo, mesmo com as constantes conquistas e transformações na área da segurança pública para garantia do bem-estar da sociedade contemporânea, não se pode negar que a formação dos policiais em todo o mundo e principalmente no Brasil ainda é falha.

É sabido que o racismo de fato existe e que muitas pessoas já passaram por situações constrangedoras com policiais. O que leva um policial a ser racista? De que maneiras as discriminações e o racismo são aprendidos? Será que a base curricular das Academias de Polícia incorpora de forma adequada as formas de agir com pessoas negras? De onde vem esse racismo? Antes, durante ou depois da formação na Academia? O racismo é prática predominante e consciente? De que forma podemos entender o paradoxo da continuidade de um racismo nas ações do Estado praticado por pessoas recrutadas no mesmo estrato social (pretos, pardos e pobres) e que não se declaram racistas?

2. JUSTIFICATIVA

Uma das motivações deste projeto é o desejo de dar visibilidade a esses profissionais que diariamente entregam suas vidas para defender a de outro (os). Além disso, outro propósito para a pesquisa de maneira pessoal, é o desejo de ingressar na área policial e contribuir para futuras melhorias de forma que a mesma possa ser aperfeiçoada, além de tentar trazer uma representatividade maior para a mulher e negra dentro de um espaço considerado machista. Logo, a pesquisa trará uma base de conhecimento tanto para mim que o escrevo, como para outros que o leem.

Dito isto, este projeto não irá visar o lado apenas do negro abordado, mas sim a visão do policial sobre o racismo. É necessário ver o lado do policial, sua relação com as formas de abordagem, suas experiências, além de também avaliar as concepções tanto de policiais mais experientes como dos mais novos, pois os mesmos também sofrem preconceito e são estigmatizados tanto pelos negros como pelos brancos. Diante de tais fatos é importante ressaltar que esta pesquisa não tem o intuito de afirmar se os policiais são ou não racistas, e sim analisar seus pensamentos sobre o assunto, apontando algumas questões sobre seus problemas na sociedade.

Dessa forma o projeto é de grande valia, pois, ao saber a opinião desses policiais (tanto brancos como negros) é possível desenvolver formas de apaziguar essa onda de discriminações por ambos os lados (cidadão e policial), além de também saber um pouco sobre o pensamento policial, sobre seus medos e o que o leva a sua vontade de ajudar o próximo, mesmo sabendo que pode ser morto a qualquer momento.

O dever da polícia militar é manter a ordem e segurança nas ruas, mas às vezes esses profissionais passam por situações desagradáveis, que além de comprometer seu trabalho, mancham seu nome perante a sociedade. Exemplo disto são as acusações de racismo de que são agressivos e racistas com pessoas negras. É impossível negar que esse fato não acontece, porém, o problema dessa situação é ocorrer uma generalização, afirmando que todos são da mesma forma.

Essa generalização traz consequências graves para os policiais, pois o ódio gerado e espalhado pela população faz o trabalho desses homens e mulheres se tornar mais difícil. O policial tem que ser sempre cuidadoso no que fala, nas suas atitudes, pois apenas algo fora do lugar e é acusado por atos racistas e/ou violência.

3. OBJETIVOS

3.1 Geral

- O projeto visa compreender o ponto de vista do policial em relação ao racismo, na sua formação e na sua prática, principalmente na hora da abordagem, buscando problematizar três vertentes de explicação: 1) o racismo como cultura prévia à formação profissional; 2) o racismo como oriundo da própria formação policial; 3) o racismo como originado da experiência prática do policial após a sua formação.

3.2 Específicos

- Verificar como se difere o modo de pensar sobre racismo, a partir de dois recortes: 1) a visão de PMs que se identificam como brancos e como negros; 2) PMs experientes e novatos;
- Analisar que noções e classificações são utilizadas para caracterizar um indivíduo como suspeito;
- Analisar como os policiais compreendem quais são os direitos da polícia e do cidadão durante a abordagem policial;
- Entender a posição do policial em relação aos preconceitos sofridos pelos cidadãos;
- Compreender como funciona o racismo institucional;
- Averiguar os métodos da formação policial, questionando como a mesma influencia o modo de pensar dos policiais em relação ao racismo;
- Entender quais as interpretações dos policiais sobre o funcionamento dos controles institucionais do seu trabalho;

4. REFERENCIAL TEÓRICO E PROBLEMATIZAÇÃO

4.1 O Racismo: surgimento histórico e enraizamento cultural

O conceito de raça era inicialmente utilizado nas ciências naturais para classificação de animais e plantas no século XIX, estendendo-se para grupos humanos: “o conceito de raça passou a designar a descendência, a linhagem, ou seja, um grupo de pessoas que tem um ancestral comum e que, *ipso facto*, possuem algumas características físicas em comum” (MUNANGA, 2004, p. 17). Com a classificação da humanidade em espécies percebe-se, em consequência, o intuito de separá-la de acordo com critérios de superioridade/inferioridade, inicialmente por suas características principalmente físicas: “o racismo é essa tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo são consequências direta de suas características físicas ou biológicas. (idem *ibidem*, p. 24).

No mundo contemporâneo, o praticante de racismo encontra seu estímulo de subjugar alguém não apenas pela cor da pele, mas também nas suas características corporais, culturais e religiosas:

A raça retorna, portanto, não mais como mote do imperialismo ou colonialismo, mas como glosa dos subordinados ao modo inferiorizado e desigual com são geralmente incluídos e tratados os negros, as pessoas de cor, os pardos. [...] Nesta teoria, cor não é redutível a “cor da pele”, a simples tonalidade. Cor é apenas um, o principal certamente, dos traços físicos – junto com o cabelo, nariz e lábios – que junto com traços culturais – “boas maneiras”, domínio da cultura europeia, formavam um gradiente evolutivo de embranquecimento. (Guimarães, 2011, p. 266 e 267)

É possível notar como o racismo está impregnado em pessoas com idades mais avançadas, (as mesmas não assumem tal ato) e que isso muitas vezes é repassado aos filhos, netos... e toda uma geração. O racismo não pode ser justificado por questões familiares caracterizados como culturais, mas pode ser usado como uma grande influenciadora na vida de uma criança que será levado até a sua vida adulta.

Essas práticas podem ou não ser mudadas de acordo com a educação da criança, dependendo também do quão profundo já está incorporado o racismo no mesmo, além de ser relatado que se é algo construído desde a infância será difícil a transformação de pensamento desse cidadão, e esse caso se remete não apenas aos policiais, mas para qualquer pessoa.

Logo a questão cultural familiar tem grande peso em relação a ser ou não racista. Se um indivíduo não se considera racista, mas apresenta falas e atitudes racistas, significa que é algo inculcado na pessoa, aprendido desde a infância, mas que não é apresentada de forma tão clara, pois com um suposto amadurecimento mais a formação principalmente dentro de uma universidade o indivíduo acaba por ser repreendido, se tornando algo interno, mas sem conseguir esconder tais atos (racistas).

A literatura acadêmica tem utilizado o conceito de racismo institucional para dar conta desta questão:

[...] o conceito de Racismo Institucional refere-se a políticas institucionais que, mesmo sem o suporte da teoria racista de intenção, produzem consequências desiguais para os membros das diferentes categorias raciais (REX, 1987, p.185 apud SOUZA, 2011, p. 79)

Ou seja, o racismo institucional se refere a casos onde o racismo é exposto, porém não é nomeado como tal. Logo, várias instituições desde o campo da segurança, saúde, educação, entre outras, aplicam o racismo, mas não se dão conta do sério problema que estão causando. Ou seja, o racismo é uma construção histórica, algo que o sistema (sistema aqui entendido como articulação de organizações/instituições e grupos de poder dentro de uma sociedade) impõe como regra básica de vivência:

Quando falamos em sistema, temos em mente todo o complexo americano de instituições básicas, valores, crenças etc. Já quando falamos em estruturas, queremos dizer instituições específicas (partidos políticos, grupos de interesse, burocracias) que existem para fazer que o sistema funcione. Obviamente, o primeiro é mais amplo do que o segundo. Nessa perspectiva, o segundo supõe a legitimidade do primeiro. Nossa visão é que, dada a ilegitimidade do sistema, nós não podemos conduzir transformações no sistema sem alterar as estruturas existentes (Idem, ibidem, p. 41-42). (IDEM, ibidem apud SOUZA, 2011, p. 79)

A citação acima exemplifica bem quando se é referido a mudança não apenas nas pessoas, mas sim na estrutura de tal instituição. Porém é uma realidade difícil, pois mudar uma estrutura seria romper com o modo tradicional de se agir, onde implicaria a saída da “zona de conforto” dos indivíduos, da qual os mesmos se recusariam a tal modificação.

(...) um grupo de pessoas, no caso brasileiro, geralmente branco, coletivamente se beneficiará de um contexto de exclusão institucional, ainda que os indivíduos brancos beneficiados não tenham intenção de discriminar. (SOUZA, 2011, p. 80)

Pode se considerar então essa uma realidade cultural; o homem branco sempre destinado a levar vantagem sobre o homem negro. O racismo institucional sendo caracterizado como oculto, porém com resultados desastrosos, faz com que “minorias”, em especial pessoas negras, sejam distanciadas da sociedade.

Na atualidade exemplo disso são as instituições policiais, que desde sua criação são sistemas de opressão que se adequam as organizações de poder, já que os policiais são apenas submissos a um poder maior. Logo, esse poder maior tem todo controle sobre a estrutura policial dificultando mudanças na área da formação e estrutura curricular, seguindo continuamente uma linha de racismo para com os negros dentro e fora da instituição policial:

(...) a organização policial seria um dos aparatos criados por um sistema racista incapaz de oferecer tratamento adequado a pessoas negras. Em outras palavras, a raiz do problema é anterior ao seu veículo de atuação, uma vez que a organização pressupõe a legitimidade do sistema. A correta operação da organização policial implica a realização do sistema de crenças racistas que impregna o sistema, e fazer com que a organização não produza resultados racistas significa pedir que ao mesmo tempo ela funcione (conforme o sistema que a criou) e não produza os resultados esperados por este (discriminação) (SOUZA, 2011, p. 82)

Essa citação se torna um fato importante nessa discussão, principalmente quando relacionada a formação policial, ou seja, entendendo bem a forma que o autor traz, seria o mesmo que dizer que a polícia em si não é caracterizada como racista, porém sua estrutura além de questões culturais a torna racista sem espaço para mudanças. Ou seja, o problema é mais profundo que o imaginado; não bastaria apenas mudar a grade curricular ou seus professores, e sim mudar todo um sistema criado para difundir o racismo de forma camuflada.

A presente discussão traz ao meu ver uma questão relacionada a hierarquias; quem está no topo manda, e quem está abaixo apenas obedece. Logo se algum indivíduo do baixo escalão tenta frear certas atitudes, principalmente dentro da polícia, o mesmo será repreendido e poderá até ser atuado como contra a sua organização.

Muitas vezes, de forma dissimulada a cultura preconceituosa é disseminada através do discurso espirituoso das piadas, escondendo em si os elementos do preconceito, sempre justificados pela fala de que “é apenas uma brincadeira”. (ARANDAS, 2010, p. 9)

O racismo institucional está diretamente ligado as ofensas em tom sarcástico, ou seja, sem a real intenção de insultar (ressaltando que isso vale-se para o indivíduo que está praticando a brincadeira e que em si tem sim o desejo de provocação). Logo esse fato pode influenciar o modo de trabalho do policial, pois se um policial negro aceita a brincadeira feita por um policial branco, dá liberdade e “poder” ao mesmo de sempre “zoar”, sendo essa brincadeira levada até as ruas, onde o indivíduo que for abordado irá caracterizar como racismo algo proposto como zombaria dentro da instituição.

Um conceito interessante trazido por Wagner Solano de Arandas é o de “instrageiros”, que é um “conceito de Cristóvão Buarque que classifica os indivíduos que não possuem acesso pleno aos seus direitos, fazendo de tais pessoas, estrangeiros dentro de seu próprio país. ”. Essa interpretação se torna bastante sugestiva, pois não está presente na Constituição:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (...) (Constituição da República Federativa do Brasil de 1988)

Ou seja, o que está presente na nossa Constituição e o que é realizado pelos cidadãos se torna contraditório a partir do momento que há a exclusão do negro na sociedade junto com seus direitos, sendo deixado a margem do corpo social.

O fenômeno da discriminação racial que alguns defendem como latente no Brasil, na realidade apresenta-se de forma manifesta nas condutas sociais mais corriqueiras, em outros ritos considerados “normais” e são responsáveis pela segregação destes cidadãos. Por muito tempo se sustentou o discurso da “democracia racial” brasileira, pois no momento em que havia o *apartheid* na África do Sul e a luta dos negros norte americanos pelos direitos civis, o Brasil trabalhava o racismo cultural, uma estratégia velada de desconstruir a identidade dos negros, formando-se assim uma sociedade onde o racismo é banalizado sob o discurso do “somos todos iguais”. (ARANDAS, 2010, p. 11)

Em experiências pessoais houve muitas ocasiões de colegas abordarem o assunto do “racismo não existe”, “democracia racial”, mas percebia que as pessoas que afirmavam tais questões (dentro do meu círculo social) ou eram pessoas brancas, ou eram indivíduos racistas que escondiam suas reais vontades de agir de forma segregacionista.

O racismo institucional se faz presente não apenas na polícia, mas em qualquer outra instituição, podendo ser destacada principalmente na área da saúde, onde os negros têm um

mau atendimento, sendo a preferência sempre para o homem branco. Logo, mais uma vez é apresentado que o racismo não é algo novo, mas uma construção histórica, repassada por gerações a fio, ou seja, não se nasce racista, torna-se. O racismo não acontece apenas após a formação dos policiais, mas que pode advir de sua experiência anterior, até mesmo quando criança, com incentivos de pessoas mais velhas que são racistas, mas não se denominam como tal. Logo, mais uma vez, afirmo que o racismo é uma construção histórica, já que é passado de geração a geração de formas cada vez piores e mesmo com manifestações, discussões, movimentações e outras formas de luta pelo fim, ou pelo menos diminuição do racismo, as várias agressões contra o negro continuam partindo não apenas da polícia, mas de boa parte da sociedade, das pessoas “de bem”.

A seletividade policial pode ser considerada como reflexo da própria configuração da instituição sociedade: “a polícia como órgão político recruta seus membros na sociedade e, nesse aspecto espelha suas marcas estruturais das relações sociais – desigualdade, injustiça e exclusão” (ZAVERRUCHA, 2003: 61). Essa análise explica em parte a dificuldade da superação do racismo institucional, pois esta mentalidade já estava presente no indivíduo antes deste se tornar agente de polícia. (ARANDAS, 2010, p. 41)

Ou seja, os cidadãos seguem um padrão. É evidente que uma pessoa irá se esquivar, trocar de rua ou segurar com mais força a bolsa, quando vir uma pessoa negra com determinadas roupas andando por aí, sendo sempre vista como “elemento suspeito”. Dessa forma o indivíduo que se torna policial já tem em si mesmo antes da formação uma ideia formada do que podemos chamar de “malandro”.

Wagner Solano de Arandas traz a seguinte questão: “Assim, interpreta-se que o racismo está para além das relações de poder, seja econômico, político ou de qualquer natureza. O preconceito está no “reconhecimento do outro” e na “delimitação de espaços” (p. 114) ou seja, entendo essa passagem como sendo a identificação de tal pessoa pela roupa que veste, pelo lugar que mora, as pessoas que anda... na cabeça de muitas pessoas na sociedade é que se tal indivíduo mora em uma favela e veste roupas de tal marca ele é traficante ou usuário de drogas, porque acha que aquela pessoa não tem a capacidade de ter um trabalho honesto, ter um dinheiro limpo, por conta dos estereótipos aplicados a ele.

Outro ponto relevante é o não reconhecimento do racismo por parte da pessoa racista, da qual faz brincadeiras com teor preconceituoso, mas que identifica isso por simples “zueira”, esse fato acarreta vários problemas, pois como não há o reconhecimento de si próprio em relação a tal ato, significa que ele continuará praticando as tais brincadeiras

como se fosse algo normal. Algo já citado aqui em relação a instituição policial, se um indivíduo deixa o outro tirar “sarro” com brincadeiras racista ele entende logicamente que poderá aplicar em outras pessoas.

As discriminações mais sutis costumam ser normalizadas, embora existam ordenamentos jurídicos que criminalizam o racismo. A cultura popular guarda jargões e expressões de herança racista, onde muitas vezes apresentam seu teor de forma eufêmica, escondendo o racismo, e não o reconhecendo nestas situações. (ARANDAS, 2010, p. 121)

Dessa forma é mais que evidente que o racismo institucional de fato existe em todas as instituições podendo ser aplicada desde os colegas de trabalhos aos indivíduos que frequentam o lugar como pacientes, clientes e afins.

4.2. Formação Policial

Como definir o ofício policial? De acordo com Paula Poncioni (2007, p. 23) o policial é:

[...] um operador imparcial da aplicação da lei e relaciona-se com os cidadãos profissionalmente, de forma neutra e distante, cabendo-lhe cumprir os deveres oficiais e seguir os procedimentos de rotina, independentemente de suas tendências pessoais e a despeito das necessidades do público, que muitas vezes não são estritamente enquadradas pela lei.

Para um conhecedor da realidade brasileira, esta definição é uma meta difícil de ser realizada, especialmente se não houver uma boa formação policial. São muitas as denúncias de que há a falta de treinamento por parte da polícia em situações de urgência onde se precisa de pensamento e atitudes rápidas. Se existe um bom curso de formação (principalmente na prática) o policial saberá como agir em uma adversidade fora dos padrões institucionais, já que sua base é a academia de polícia. Ou seja, se há uma formação ruim, logo haverá dificuldades em realizar certas funções. Apesar da gravidade do problema, seriam percebidas poucas mudanças no decorrer dos anos:

Mais do que isso, o exame da formação profissional nas academias de polícia mostra que os cursos realizados vêm sendo basicamente repetidos, com poucas mudanças no eixo da formação profissional, sem que sejam examinados e avaliados quanto aos seus acertos, falhas e impactos no exercício cotidiano do trabalho policial, tendo em vista mudanças e solução dos problemas encontrados. (PONCIONI, 2007)

Logo, essa falta de estruturação reflete quase que de imediato na ação policial, principalmente em relação a sua abordagem, pois se não há uma verificação acerca de erros e acertos, por conseguinte, haverá problemas da qual não poderão ser corrigidos totalmente. Se não há mudanças na formação, os próximos profissionais cometerão os mesmos descuidos. Apesar de haver propostas enriquecedoras para mudanças dessa realidade, as mesmas são postas de lado:

Pode-se destacar ainda alguns cursos ministrados por universidades e organizações não governamentais, que procuram desenvolver a formação profissional do policial sob “novos parâmetros”. Mas estes também não partem de um exame profundo e extenso da formação e do treinamento profissional desenvolvidos nas academias de polícia. Ficam freqüentemente como uma experiência “alternativa” à formação profissional realizada nas academias, e seus resultados não são ainda bem conhecidos, bem como suas implicações para o trabalho policial. (PONCIONI, 2007)

Com a falta de mudanças na formação dos policiais nas academias de polícia, a mesma se tornará mais frágil, ocasionando brechas da qual o arbítrio se instalará pela falta de preparação, acarretando mais críticas por parte da população, fazendo com que esses profissionais fiquem exacerbadamente cansados, impedindo o bom desempenho no trabalho. Ou seja, é necessário urgentemente transformações na formação policial, sendo preciso treinar (prática e teoricamente) esses homens e mulheres com tecnologias atuais, com bons professores dentro da academia, de forma que policiais e cidadãos saiam menos descontentes, principalmente na hora de uma abordagem.

A polícia é muito criticada em relação a sua maneira de agir com determinada comunidade (especificamente as favelas) e isso faz que com que se instaure uma sensação de medo e desconfiança, atrapalhando alguns casos por falta de colaboração da população. Assim, é muito relevante no trabalho policial o respeito e o diálogo com a população, pois esses dois fatores iriam fortalecer a relação polícia/comunidade, diminuindo a sensação de medo e insegurança dos cidadãos, pois veriam os agentes como “amigos”, influenciando o modo de trabalho dos mesmos, além da ajuda de bom grado da população. Neiva Vieira (2004) exemplifica esse caso explicitamente nessa passagem:

Do ponto de vista dessas populações, o respeito ao trabalho do policial está diretamente relacionado ao respeito que tais agentes possam vir a manifestar pelos moradores. Caso contrário, a única base que restaria para o exercício da autoridade policial seria a violência e o medo, infligido diuturnamente, mas cuja eficácia só se mantém até o momento em que a outra parte for capaz de efetivar

uma reação com maior força, gerando cada vez mais insegurança [...] O trabalho de policiamento de uma localidade certamente se tornaria mais fácil e eficaz se a comunidade em questão participasse de maneira mais ativa da construção e manutenção dessa ordem pública, cooperando e apoiando os agentes policiais. (CUNHA, 2004, p. 199)

Como base para análise da formação policial no Ceará utilizei-me do “Regulamento da 1ª turma do curso de Formação Profissional para o cargo de Soldado PM da carreira de praças Policias Militares da Polícia Militar do Ceará (PMCE) ” onde ao final do artigo publicado em 2012, apresenta a grade curricular do curso de formação de soldados:

Poderá ser analisado na imagem 2 (Anexo 2), que expõe a primeira parte do curso com o título “I – ENSINO FUNDAMENTAL” com 18 disciplinas, trazendo em suas áreas de aprendizado disciplinas que envolvam questões sociais “Sociedade, Ética e Cidadania”, “Fundamentos de Direitos Humanos”, e a imagem 3 onde estão a segunda e terceira parte do curso: “II – ENSINO PROFISSIONAL” com 14 disciplinas e “III – ENSINO COMPLEMENTAR” com 4 disciplinas, não apresentando disciplinas que tratem das questões sociais, principalmente sobre o racismo.

Na imagem 4 a Matriz Curricular Nacional também apresenta a malha curricular para a formação tanto da Polícia Civil como a Polícia Militar publicado no ano de 2014. São expostas seis áreas temáticas com 34 disciplinas sendo apenas três delas voltadas a questões sociais. São elas: “Direitos Humanos”, “Ética e Cidadania” e “Diversidade Étnico-sociocultural”. Além do número reduzido, também vale destacar que são algumas das disciplinas com menor carga horária.

Diante de tais fatos, afirmo sem dúvidas que a formação policial em relação a questões sociais (especialmente o racismo) é falha, já que apenas no módulo I do Curso de Formação Profissional PMCE sendo somente duas disciplinas e na Matriz Curricular Nacional apresentadas apenas três disciplinas que são tratadas de questões sociais e ainda traz dúvidas em relação ao que é repassado e discutido na disciplina.

Apesar do racismo ser um assunto extremamente delicado, deveria ser muito discutido na área policial, pois já que há excessivas críticas recebidas por parte da população, é porque algo está faltando. Logo é possível notar a importância da mudança não apenas na grade curricular, mas também na estrutura policial, pois de nada adiantaria uma nova grade, se ainda houvesse a falta de melhores professores e tecnologias mais avançadas para o bom funcionamento do órgão.

4.3. O trabalho de abordagem policial

Um dos trabalhos exercidos pela polícia que é muito criticada pela população é a abordagem policial; é afirmado que há o abuso do poder e o uso da força inadequada, sendo retratada como violência; apesar de a abordagem ser desconfortável, ela se faz essencial para evitar possíveis infrações na lei:

Apresenta-se a seguinte definição para a abordagem policial: “é um encontro entre a polícia e o público cujos procedimentos adotados variam de acordo com as circunstâncias e com a avaliação feita pelo policial sobre a pessoa com que interage, podendo estar relacionada ao crime ou não” (PINC, 2007, p. 7)

Apesar de ser algo aprovado pela lei, muitos cidadãos se veem incomodados por ter que parar e seguir o que for determinado pelo policial, como ter que se retirar do veículo, ser revistado, dentre outros procedimentos.

Essa é uma ação policial proativa, que ocorre durante as atividades de policiamento, cujos procedimentos prevêm a interceptação de pessoas e veículos na via pública e a realização de busca pessoal e vistoria veicular, com o objetivo de localizar algum objeto ilícito, como drogas e arma de fogo. A decisão de agir é exclusiva do policial e é respaldada por lei. (PINC, 2007, p.1)

Caso o cidadão não aceite os procedimentos, o policial tem que aderir ao uso da força, o que muitas vezes desencadeia desentendimentos, brigas, e até morte de algum dos indivíduos. Apesar de haver grande desconforto por parte da população, o trabalho da abordagem “é necessária para manter a ordem pública e controlar o crime” (PINC, 2007, p. 7).

O primeiro é que a abordagem policial compreende uma ação respaldada em lei, sendo que o policial tem o poder de iniciar e conduzir o encontro. O segundo é que se trata de uma situação de risco para o policial, pois, se a pessoa abordada estiver armada, sua segurança fica exposta, sendo esta uma situação considerada em todas as circunstâncias, ou seja, o policial sempre atuará ponderando sua conduta na possibilidade de a pessoa abordada reagir contra ele. Por fim, a pessoa abordada deve seguir todas as orientações do policial, procurando manter a calma e realizando movimentos de forma lenta, enfim, cooperando com as instruções recebidas, por mais que isso a desagrade. (PINC, 2007, p. 8).

Fica claro que apesar de existir o desconforto da população em relação a abordagem, se o indivíduo seguir os procedimentos corretamente não terá nenhum tipo de problema com o policial, já que o mesmo está apenas realizando seu trabalho. Porém é evidente que

existem policiais que abusam de seu poder na hora de uma abordagem e fazem o uso da força indevidamente. “O termo violência, neste caso, trazem seu conceito uma legalidade relativa da ação, em outras palavras, a violência ocorrerá quando o policial exceder os limites do uso da força” (PINC, 2007, p. 11).

No Brasil, o fundamento legal do uso da força pela polícia não especifica as ocasiões em que ela deva ser usada e tampouco o grau que deva ser aplicado. Uma das razões é a incapacidade dos legisladores de preverem tais circunstâncias. O grau de força a ser utilizado será determina do pelo policial no momento do encontro. Essa capacidade lhe foi atribuída também por lei – é o poder discricionário, que o autoriza a escolher quando e como usar a força. (PINC, 2007, p. 12)

Devido a tais fatos a abordagem se torna algo cansativo e estressante tanto para o indivíduo que está sendo abordado, quanto para o policial, pois o cidadão quase sempre relaciona as atitudes do policial como abusivas e violentas, sendo muitas vezes que o mesmo está apenas aplicando os procedimentos necessários para a abordagem.

Diante de tais ocorrências se faz necessário discorrer sobre o uso da força policial:

É curioso que a percepção do problema do uso da força pela polícia e a discussão de sua propriedade no Brasil se deem com base na ingenuidade perigosa que não distingue – ou não quer distinguir – o uso da violência (um impulso arbitrário, ilegal, ilegítimo e amador) do recurso à força (um ato discricionário, legal, legítimo e idealmente profissional). (MUNIZ et al, p. 1, 1999)

Ou seja, as vezes se torna incompreensível o que seria o “uso da violência” com o “recurso à força” usada nas experiências policiais nas ruas. A agressividade que alguns policiais utilizam na hora da abordagem acaba por definir em unanimidade o que todos fazem, a famosa generalização do “por um, todos pagam”, por isso as abordagens têm uma visão tão ruim diante da população.

Essa generalização acaba por fazer que alguns cidadãos não valorizem o trabalho do policial:

Na voz de um cabo da polícia militar, a dignidade da função não se sustenta quando não há condições suficientes para exercê-la: “Um policial desprezado e desaparelhado gera descrédito e desrespeito da população, não só do cidadão de bem, mas também, do marginal da lei” (MINAYO, 2013, p. 613)

Nessa perspectiva só se assegura que críticas negativas não constroem bons profissionais, independente da área de atuação, e além das críticas, o trabalho policial requer

muita luta, principalmente em relação ao salário que não condiz com tantas dificuldades que os policiais passam.

O salário é considerado muito ruim quando comparado ao das Corporações de outros Estados; e porque é incompatível com a atividade de risco que eles exercem. Um dos participantes comenta: “a vida do policial é diferente de qualquer outra profissão. Ele a arrisca 24 horas por dia, em consequência precisa ter tranquilidade quanto às condições de vida e à capacidade de manter a família”. Por ser muito baixo, o salário desestimula a produtividade, a dedicação e o empenho do servidor, prejudicando o resultado da segurança da população. O salário ruim significa falta de reconhecimento profissional, o que se aguça por várias discrepâncias. [...] O salário ruim traz pior condição de vida pessoal, familiar e de saúde. (MINAYO, 2013, p. 615).

Esse fato revela como o policial, é desvalorizado. Mesmo com todos os riscos que o mesmo passa todos os dias, seu salário inferior, seu ambiente de trabalho muitas vezes tóxico, sua saúde precária, e mesmo sendo um órgão tão importante do Estado para manter a ordem, o mesmo não mostra tanto interesse para valorizar o trabalho do profissional, já que são vistos tantos projetos, mas que pouco se aplicam; a teoria sem a prática. E além dos problemas salariais, e os riscos diários ainda envolvem um gamo de estereótipos, críticas, julgamentos, que desestimulam o trabalho desse profissional que dá a vida por pessoas desconhecidas.

5. REFLEXÕES METODOLÓGICAS

Estimulada a compreender o mundo minucioso que é a de um policial militar e uma curiosidade ainda maior sobre seu pensamento em relação ao racismo que é dito presente na instituição policial, o que melhor se encaixou no que objetiva a pesquisa, foi o método qualitativo como forma de levantar, compreender e interpretar tais dados. A pesquisa qualitativa é formada por cinco referências de pesquisa:

Agregando estes dois conjuntos, chegamos a cinco grupos de atributos da pesquisa qualitativa: a) características gerais; b) coleta de dados; c) objeto de estudo; d) interpretação dos resultados; e) generalização. (GÜNTHER, 2010, p.202).

O texto “Os dez mandamentos da observação participante” (VALLADARES, 2007) traz importantes dicas de como ser um bom pesquisador. É necessário observar os sujeitos pesquisados por um longo período e não num único momento. A observação participante implica saber ouvir, escutar, ver, fazer uso de todos os sentidos. O pesquisador deve estar aberto para saber que poderá escutar respostas desagradáveis, necessita entender os gestos das pessoas em uma conversa. “Desenvolver uma rotina de trabalho é fundamental”. A “rotina de trabalho” é uma forma de não entrar na “zona de conforto” e deixar sua pesquisa de lado. É preciso também entender que o pesquisador aprende com os erros que comete durante o trabalho de campo e deve tirar proveito deles. Os passos em falso fazem parte do aprendizado da pesquisa.

É importante ressaltar também o risco de equivocarse pressupondo que se dispõe do controle da situação, pois “o pesquisador quando estuda o local deve saber que está em um ‘campo minado’”, tendo que ser cuidadoso para não impossibilitar a pesquisa. “O pesquisador é um observador que está sendo todo o tempo observado”. Deve-se tomar cuidado em todos os seus passos, suas falas, afirmações indevidas. Nesse sentido, a presença do pesquisador tem que ser justificada (p. 301). Quando se faz pesquisa de campo é imprescindível explicar o porquê de estar ali, qual a pesquisa, os objetivos, de que forma será aplicada... pois o objeto de estudo precisa saber o porquê de eles estar sendo “estudado”. Isto implica em que a “transformação em ‘nativo’” não se verificará por mais que se pense estar inserido no grupo, pois sobre ele paira sempre a curiosidade quando não a desconfiança. “Seu papel de pessoa de fora terá que ser afirmado e reafirmado. ”, independente se você faz parte do objeto estudado, necessita se manter neutro, pois uma

pequena falha do pesquisador pode danificar a pesquisa. Apesar de ser difícil se manter neutro, é necessário sempre estar fazendo esse trabalho constante, se colocando a teste para não passar por esses “imprevistos”.

Um elemento facilitador, se alcançado, é construir uma boa relação com um intermediário que "abra as portas" e dissipe as dúvidas junto às pessoas da localidade e que seja um interlocutor crítico da pesquisa. Por fim, o “pesquisador é, em geral, "cobrado", sendo esperada uma "devolução" dos resultados do seu trabalho”. O “objeto” pesquisado sempre espera uma volta que muitas vezes não existe, o trabalho do pesquisador não é exclusivamente dele, deve ser repassado a todos que fizeram parte e ajudaram a construir a pesquisa.

Ainda sobre a questão do envolvimento entre pesquisador e o grupo pesquisado, acrescente-se uma outra dificuldade: quando os pesquisadores buscam seus próprios grupos sociais para desenvolver sua investigação o contato já existente com o objeto pode prejudicar o que o pesquisador realmente quer saber, acabando por não saber diferenciar a pesquisa com a emoção. “A minha percepção inicial de ciência me fazia crer que para empreender uma pesquisa era essencial ter uma “neutralidade” em relação ao objeto pesquisado, e essa “neutralidade” era entendida como distância, imparcialidade e impessoalidade. ” (CONCEIÇÃO, 2016, p. 44) Apesar da “neutralidade” o contato entre objeto e pesquisador é impossível de não acontecer, pois como fazer pesquisa, como compreender o local se não existir relação entre eles?! Esse é sem dúvida um dos desafios mais difíceis, pois como ser neutro em um espaço onde cresceu e se criou, ou até onde tem um certo convívio ou identificação?

Como forma de coleta de dados adotaremos especialmente as entrevistas, que permite que as respostas sejam mais completas, além da percepção das reações dos participantes a cada pergunta feita. As entrevistas semiestruturadas serão a ferramenta principal para a obtenção das informações necessárias acerca do ponto de vista policial em relação ao racismo. A entrevista por ter caráter compreensivo atenderá muito bem as expectativas da pesquisa, buscando uma maior proximidade do entrevistado percebendo seu modo de agir e de responder as perguntas, possibilitando respostas mais completas. As entrevistas terão 8 (oito) perguntas, que serão aplicadas a 6 (seis) policiais com mais e menos experiência no meio policial, sendo 3 (três) PMs brancos e 3 (três) PMs negros, a pesquisa ocorrerá na cidade de Redenção-CE, a fim de coletar as informações que atendam os objetivos supracitados.

Após a coleta, os dados serão analisados, mas sempre ressaltando que a pesquisa não tem o intuito de dizer se os policiais são ou não racistas, mas sim para afirmar que o policial é um cidadão como os outros e tem o direito de expressar seus pensamentos. Após a obtenção das informações, será desenvolvido um artigo científico como forma de repassar a população o pensamento desses policiais, fazendo uma pequena tentativa de ser observado e refletido que esses homens e mulheres que trabalham diariamente pela nossa proteção não são necessariamente o que vos é apontado e incriminado.

6. ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Idade:

Anos de profissão:

Cor:

Sexo:

- 01.** Qual o seu pensamento/visão sobre o racismo?
- 02.** Você vê o racismo presente na instituição em que trabalha? De que forma?
- 03.** Você já foi acusado de praticar racismo?
- 04.** No seu expediente de trabalho, especificamente na hora das abordagens, já foi questionado sobre seus atos?
- 05.** Você considera a formação policial como suficiente e esclarecedora sobre questões sociais, entre elas o racismo?
- 06.** Você se sente ou já se sentiu julgado pela população como racista?
- 07.** Você acredita que o negro na sua condição de pessoa de cor juntamente com alguns estilos de roupa são estereótipos de suspeição?
- 08.** Se você presencia seu colega de trabalho praticando racismo qual sua atitude?

7. CRONOGRAMA

<i>Cronograma o para realização das práticas.</i>	<i>Previsão para realização das práticas.</i>
Continuidade da revisão bibliográfica	Março, 2019.
Análise dos documentos	Março/abril, 2019.
Contato com entrevistados	Julho/agosto, 2019.
Transcrição e análise de entrevistas	Outubro/novembro, 2019.
Redação do relatório de pesquisa	Março/maio, 2020.
Construção do artigo científico	Julho/agosto, 2020.

8. BIBLIOGRAFIA

ARANDAS, Wagner Solano de. **O Racismo Institucional Contra os Negros da Polícia Militar**. 2010. 152 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

BARROS, Geová da Silva. **Filtragem racial: a cor na seleção do suspeito**. Revista Brasileira de Segurança Pública, v. 3, p.134-155, julho/agosto 2008.

CONCEIÇÃO, Wellington da Silva. **“Etnógrafo nativo ou nativo etnógrafo”? Uma (auto)análise sobre a relação entre pesquisador e objeto em contextos de múltiplas pertencas ao campo**. Revista de @ntropologia da UFSCar, 8 (1), p.41-52, jan./jun. 2016.

CUNHA, Neiva Vieira da. **Como de "fabrica" um policial: algumas considerações em torno dos processos de socialização e formação profissional**. Comum, Rio de Janeiro, v. 9, n. 22, p.198-207, janeiro/junho, 2004.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Raça, cor, cor da pele e etnia**. Cadernos de campo, São Paulo, n. 20, p. 265-271, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Valorização profissional sob a perspectiva dos policiais do Estado do Rio de Janeiro**. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 3, n. 18, p.611-620, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; ADORNO, Sérgio. **Risco e (in)segurança na missão policial**. Ciência & Saúde Coletiva, p.585-593, 2013.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira, Rio de Janeiro, p. 17-34, 2004.

MUNIZ, Jacqueline; PROENÇA JÚNIOR, Domício; DINIZ, Eugenio. **Uso de força e ostensividade na ação policial**. Rio de Janeiro, p.01-07.

PINC, Tânia. **Abordagem Policial: avaliação do desempenho operacional frente à nova dinâmica dos padrões procedimentais**. p.01-27, jun. 2007.

PONCIONI, Paula. **Tendências e desafios na formação profissional do policial no Brasil**. Revista Brasileira de Segurança Pública, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.22-31, 2007.

REVISTA BRASILEIRA DE SEGURANÇA PÚBLICA. Rio de Janeiro: Adriana Taets, 2007.

SANTOS, Tiago Vinícius André dos. **Racismo institucional e violação de direitos humanos no sistema da segurança pública: um estudo a partir do Estatuto da Igualdade Racial.** 2012. 200 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SOUZA, Arivaldo Santos de. **Racismo Institucional: para compreender o conceito.** Revista da ABPN: Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as), Salvador, Ba, v. 1, n. 3, p.77-87, nov. 2010.

SOUZA, R. B. M. de & OLIVEIRA, A. L. de **Subcultura no uso da força policial: uma análise do uso da força policial a partir da teoria das representações sociais.** São João del-Rei, Dez. 2009.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **A arma e a flor: formação da organização policial, consenso e violência.** Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 9(1): 155-167, maio de 1997.

VALLADARES, Licia. **Os dez mandamentos da observação participante.** Rev. bras. Ci. Soc. vol.22 no.63, São Paulo, Feb. 2007.

Material de Imprensa e Internet:

Aumenta o número de policiais mortos no Brasil. Disponível em:

<<http://opb.net.br/noticias-detalle.php?idRow=4238>>. Acesso em: 15 de março 2018.

Número de policiais mortos no Brasil é estarrecedor. Disponível em:

<<http://www.alagoas24horas.com.br/blog/numero-de-policiais-mortos-brasil-e-estarrecedor/>>. Acesso em: 15 de março 2018.

Existe relação entre racismo e segurança pública? Disponível em:

<<http://www.policialpensador.com/2017/02/existe-relacao-entre-racismo-e.html>>. Acesso em: 8 de junho 2018.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 27 de agosto 2018.

Marechal Osório. Disponível em:

<http://www.eb.mil.br/patronos//asset_publisher/e1fxWhhfx3Ut/content/osorio?inheritRedirect=false>. Acesso em: 19 de setembro 2018.

9. ANEXOS

Anexo 1



MORTÔMETRO POLICIAL
Policiais Mortos em serviço ou em decorrência da profissão, desde Janeiro até Maio de 2017

Mês	MENSAL		Comparação	
	Mortes	Média por dia	2016	Var.
Jan	62	2,00	49	13
Fev	51	1,76	52	-1
Mar	45	1,45	38	7
Abr	41	1,37	51	-10
Mai	49	1,58	46	3
Jun	0	0,00	0	0
Jul	0	0,00	0	0
Ago	0	0,00	0	0
Set	0	0,00	0	0
Out	0	0,00	0	0
Nov	0	0,00	0	0
Dez	0	0,00	0	0
2017	248	1,63	236	12
Média de Idade de falecimento = 40,15 anos			42,16	-2,01

Imagem 1- Número de policiais mortos no Brasil

Disponível: <http://opb.net.br/noticias-detalle.php?idRow=4238>

Anexo 2

**CURSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL
POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ**

ANEXO ÚNICO

**CURRÍCULO DO CURSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA O CANDIDATO AO
CARGO DE SOLDADO PM DA CARREIRA DE PRAÇAS POLICIAIS MILITARES DA
POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ**

I – ENSINO FUNDAMENTAL		
Nº	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
01	Seminário Introdutório	08
02	Comunicação e Expressão	20
03	Sociedade, Ética e Cidadania	20
04	Introdução ao Estudo do Direito	20
05	Fundamentos de Direito Constitucional	20
06	Fundamentos de Direito Administrativo	20
07	Fundamentos de Direito Penal	20
08	Fundamentos de Direito Penal Militar	20
09	Fundamentos de Direito Civil	20
10	Fundamentos de Direito Ambiental	20
11	Fundamentos de Direitos Humanos	30
12	Fundamentos de Direito Processual Penal	20
13	Fundamentos de Direito Processual Penal Militar	20
14	Saúde e Segurança Aplicada ao Trabalho	20
15	Fundamentos Psicossociais da Atividade Policial	30
16	Fundamentos Psicossociais do Fenômeno da Violência	20
17	Fundamentos da Atividade Profissional da Segurança Pública	20
18	Educação Física	60
Total Carga Horária		408 h/a

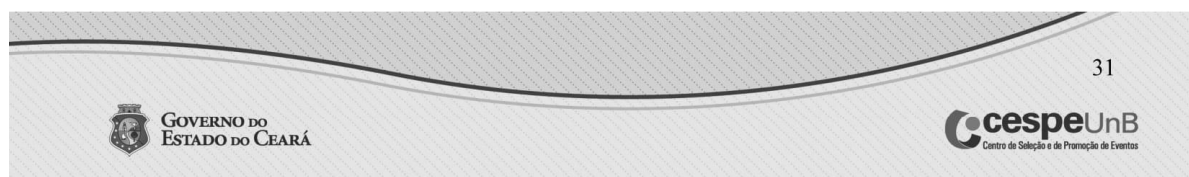


Imagem 2 - Currículo de Formação Profissional ao cargo de Soldado da PMCE

CURSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL
POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ

II – ENSINO PROFISSIONAL		
Nº	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
01	Sistema de Segurança Pública no Brasil	20
02	Legislação da Polícia Militar	30
03	Atendimento em Emergências Médicas (Pronto Socorro)	20
04	Telemática – Telecomunicações e Informática	20
05	Instrução Geral	40
06	Gestão de Conflitos e Eventos Críticos	40
07	Técnica Policial Militar	90
08	Doutrina de Polícia Comunitária	40
09	Armamento (letal e não letal) e Equipamento	30
10	Ordem Unida	40
11	Inteligência Policial	20
12	Defesa Pessoal	60
13	Tiro Policial Defensivo	60
14	Direção Veicular Aplicada a Atividade Policial Militar	28
Total Carga Horária 538 h/a		
III – ENSINO COMPLEMENTAR		
Nº	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
01	Seminário Temático I – Prevenção ao Uso de Drogas: o Papel do Policial.	08
02	Seminário Temático II – Sistema de Seg. Pública: a Experiência do Estado do Ceará	08
03	Seminário Temático III – Qualidade de Vida e Prática Profissional	08
04	Ação Policial Supervisionada (Estágio Reflexivo)	50
Total Carga Horária 74 h/a		
TOTAL GERAL DA CARGA HORÁRIA 1.020H/A		

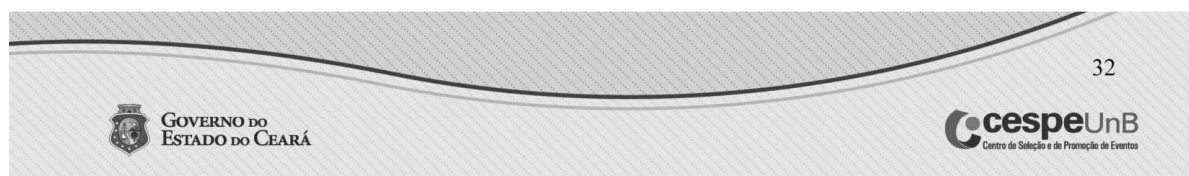


Imagem 3 - Currículo de Formação Profissional ao cargo de Soldado da PMCE

1.7.5.1**MALHA CURRICULAR PARA AS AÇÕES FORMATIVAS DA
POLÍCIA CIVIL E POLÍCIA MILITAR (NÚCLEO COMUM)**

ÁREAS TEMÁTICAS DA MATRIZ	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA (908H)
ÁREA TEMÁTICA I Sistemas, Instituições e Gestão Integrada em Segurança Pública	Estado, Sociedade e Segurança Pública	12h
	Sistema de Segurança Pública	12h
	Fundamentos da Gestão Pública	12h
	Gestão Integrada e Comunitária	12h
		60h
ÁREA TEMÁTICA II Violência, Crime e Controle Social	Abordagem Histórica, Social e Psicológica da Violência e da Criminalidade	30h
	Criminologia Aplicada à Segurança Pública	24h
		54h
ÁREA TEMÁTICA III Conhecimentos Jurídicos	Direitos Humanos	18h
	Fundamentos Jurídicos da Atividade Policial	54h
		72h
ÁREA TEMÁTICA IV Modalidades de Gestão de Conflitos e Eventos Críticos	Prevenção, Mediação e Resolução de Conflitos	18h
	Resolução de Problemas e Tomada de Decisão	12h
	Análise de Cenários e Riscos	12h
	Gerenciamento Integrado de Crises e Desastres	18h
		60h
ÁREA TEMÁTICA V Valorização Profissional e Saúde do Trabalhador	Relações Interpessoais	24h
	Saúde e Segurança Aplicadas ao Trabalho	12h
	Educação Física I	120h
ÁREA TEMÁTICA VI Comunicação, Informação e Tecnologias em Segurança Pública	Língua e Comunicação	26h
	Documentação Técnica	12h
	Telecomunicações	20h
	Tecnologias e Sistemas Informatizados	20h
	Gestão da Informação	20h
	Inteligência de Segurança Pública	16h
	Estatística Aplicada à Segurança Pública I	20h
	Introdução à Análise Criminal	24h
		158h
ÁREA TEMÁTICA VII Cultura, Cotidiano e Prática Reflexiva	Ética e Cidadania	12h
	Diversidade Étnico-sócio-cultural	14h
	Identidade e Cultura da Organização Policial	20h
	Ordem Unida	20h
		66h
ÁREA TEMÁTICA VIII Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública	Abordagem	60h
	Preservação e Valorização da Prova	12h
	Atendimento Pré-Hospitalar	24h
	Uso Diferenciado da Força I	20h
	Defesa Pessoal Policial	40h
	Armamento, Munição e Tiro	110h
	Técnicas de Imobilizações Policiais e Utilização de Algemas	16h
		282h

Imagem 4 - Malha curricular para Polícia Civil e Militar da Matriz Curricular Nacional